

ESTUDO FENOMENOLÓGICO COM MULHERES DENUNCIANTES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Gleide Regina de Sousa Almeida Oliveira – UFBA

Regina Lúcia Mendonça Lopes - UFBA

Resumo

A violência conjugal se configura como um problema social, muitas vezes silenciado pelas mulheres no ambiente privado e tolerado socialmente. A denúncia, desta forma, torna-se um instrumento do devir a ser para estas mulheres, surgindo como primeiro momento da aparição da violência ocorrida no espaço doméstico. Seguindo esta problematização, a pesquisa em andamento para a dissertação de Mestrado tem como objeto de estudo o significado da denúncia para mulheres em situação de violência conjugal e como objetivo do estudo, compreender o significado da denúncia para mulheres em situação de violência conjugal. A mulher ao denunciar o agressor companheiro ou ex-companheiro numa instituição policial, encontra-se permeada de significações que a levaram a ter esta decisão. Por isso a escolha da fenomenologia como referencial teórico-filosófico fundamentado em Martin Heidegger, pois a partir do desvelamento do ser que estes significados poderão ser compreendidos. Para tanto, a preocupação da fenomenologia é descrever o fenômeno e não explicá-lo; é compreendê-lo, não achar relações causais. A entrevista fenomenológica utilizada para coleta dos depoimentos das participantes que denunciaram o agressor na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, promove a compreensão do objetivo deste estudo. A análise dos depoimentos foi realizada a partir da hermenêutica heideggeriana. Utilizados para a análise compreensiva existencial alguns conceitos expressos em Ser e Tempo que serão desenvolvidos a partir da construção das unidades de significação que emergirão dos depoimentos do ser-mulher-em-situação-de-violência-conjugal. A abordagem fenomenológica poderá desvelar o fenômeno do significado da denúncia realizada por mulheres em situação de violência conjugal, sem intervenções de pressupostos construídos socialmente.

Palavras-chave: Violência contra a mulher; polícia; filosofia.

Abstract

Domestic violence can be construed as a social problem, often silenced by women in private and socially tolerated. The complaint thus becomes an instrument of becoming to be for these women, emerging as the first moment of the apparition of violence at the domestic space. Following this questioning, the ongoing research for the Master's dissertation has as its object of study the significance of the complaint for women in situations of domestic violence and the objective of the study, understanding the meaning of withdrawal for women in situations of domestic violence. The woman to terminate the offending partner or former partner in a police agency, is permeated with meanings that have led to this decision. Therefore the choice of phenomenology as a theoretical and philosophical based on Martin Heidegger, for after the unveiling of being that these meanings can be understood. Therefore, the concern of phenomenology is to describe the phenomenon and not explain it, is to understand it, do not find causal relationships. Phenomenological interview will be conducted to collect the testimony of participants who reported the abuser to the police station in Specialized Assistance to Women in order to achieve the objective of this study. The statements will be held from Heideggeriana hermeneutics. Will be used for the analysis of existential understanding some concepts expressed in Ser e Tempo to be developed from the construction of meaning units that emerge from the testimony be-woman-in-situation-of-violence-marital affair. The phenomenological

approach can reveal the phenomenon of the meaning of the complaint made by women in situations of domestic violence, without intervention of socially constructed assumptions.

Keywords: Violence against women; police; philosophy.

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo da temática violência contra a mulher, particularmente a violência conjugal, surgiu a partir de inquietações frente às notícias exibidas em meios televisivos, jornais, revistas e outros, que sempre me traziam questionamentos quanto aos motivos da permanência da mulher numa relação permeada pela violência. A discriminação e idéias pré-formuladas se estabeleciam facilmente, principalmente pelo fato da mídia dramatizar a violência de tal forma, que suas origens e seu contexto não são analisados e nem divulgados por estes meios de comunicação.

Vale salientar que a aproximação com o estudo deu-se a partir das atividades teóricas e práticas desenvolvidas na graduação em Enfermagem¹, e especificamente no decorrer da Disciplina Enfermagem em Atenção à Saúde da Mulher², período do curso que coincidiu com o processo de elaboração do Projeto de Pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 2005.

A partir de então, com as visitas técnicas e os estágios curriculares realizados através da disciplina foi observado a dinâmica da violência nas instituições de saúde e outras instituições da rede de atendimento à mulher. As experiências no campo de prática das disciplinas Estágio Curricular Supervisionado I³ e Estágio curricular Supervisionado II⁴, proporcionaram maior contato com as mulheres em situação de violência conjugal na comunidade e no ambiente hospitalar. Assim, estas mulheres expressavam, através de relatos na relação enfermeira-paciente, a vivência com um companheiro agressor e as consequências físicas e psicológicas para a saúde, possibilitando a reflexão sobre o assunto.

No Brasil, 23% das mulheres estão sujeitas à violência doméstica e 85,5% dos casos os agressores são seus próprios parceiros (ADEODATO et al., 2005). A violência, desta forma, traduz-se em repercussões para a saúde das mulheres e de seus descendentes, sendo desta forma, um assunto que poderá emergir na atuação da enfermagem.

Houve a oportunidade de participar, ainda na graduação, de uma oficina realizada na Casa-Abrigo Mulher Cidadã em 2006⁵, estimulada pelos trabalhos acadêmicos, onde foi observada a violência contra a mulher, através de relatos vividos pelas mulheres abrigadas, o extremo de isolamento social e ainda a articulação com a assistência policial. O encaminhamento destas mulheres ao abrigo é realizado através da intervenção da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), quando se observa a insegurança da mulher e seus filhos.

As mulheres participantes da oficina relatavam diferentes concepções acerca da violência contra a mulher, diversas causas e consequências e a partir destes diferentes aspectos traziam as compreensões acerca das ações implementadas pela rede de atendimento à mulher, inclusive em relação às denúncias realizadas nas delegacias especializadas. Algumas viam benefícios, outras não.

¹ Curso realizado na Escola de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no período de 2001.2 a 2005.2.

² Disciplina cadastrada sob o código ENF012, oferecida no semestre 2004.2.

³ Disciplina cadastrada sob o código ENF015, oferecida no semestre 2005.1.

⁴ Disciplina cadastrada sob o código ENF016, oferecida no semestre 2005.2.

⁵ Oficina coordenada pela Prof^a Msc Tânia Christiane Ferreira Bispo, orientadora da pesquisa do TCC, tendo como objetivo identificar o perfil de mulheres em situação de violência conjugal, avaliar funcionamento da rede de atendimento e observar a vivência de mulheres em situação de violência conjugal.

Segundo Presse e Meneghel (2008), a rota crítica⁶ das mulheres que decidem romper com a violência é atravessada por avanços e retrocessos, desprovida de apoio nas suas decisões e sendo, muitas vezes re-vitimizadas pelos serviços que realizam atendimento às mulheres nesta situação de violência. A revitimização causa, muitas vezes, a frustração de não resolver os problemas conjugais, desencadeando a descredibilidade de alguns serviços de atendimento à mulher conforme relatos nas oficinas.

Observou-se que a denúncia, através dos relatos em pesquisas, não tem expressivamente como objetivo a punição criminal, mas sim, a negociação dos conflitos conjugais para uma igualdade nas relações. Além disto, de acordo com o estudo de Oliveira e Cavalcanti (2007), que assevera que da decisão de ir até a DEAM até uma ação efetiva, ainda os silêncios prevalecem, assim confirma que estas mulheres se encontram permeadas de significações a respeito da denúncia em quaisquer circunstâncias para efetivação da mesma.

Na coleta de dados do TCC⁷ foi possível uma maior aproximação com as mulheres em situação de violência conjugal e a visibilização das consequências deste fenômeno. Concluiu-se, com esta pesquisa, que as mulheres não reconhecem a violência conjugal a partir do primeiro ato violento, mas quando a situação não é mais suportável, procura-se a delegacia para efetivar a denúncia. Entretanto, confirmando os pressupostos anteriores, de acordo com os resultados obtidos, as mulheres não almejam somente a punição pelo crime com a denúncia, mas resolução de conflitos familiares e amorosos.

Numa pesquisa realizada por Santos (2008), a procura pela DEAM pela maioria das entrevistadas aconteceu depois da ocorrência de um ato considerado grave, no qual foram ofendidas fortemente fisicamente e sentiram as suas vidas e as de seus filhos ameaçadas. Portanto, a representação destes atos considerados graves na vivência da mulher em situação de violência conjugal desencadeia a busca pela ajuda institucional.

Desde a pesquisa do TCC, o processo da denúncia na delegacia já era uma inquietação para mim, pois se dava em diferentes contextos vividos pelas mulheres e era conduzido por estas também de maneira desigual, pois nem sempre denunciavam a fim de penalizar o agressor, porém a instituição as atendia com a perspectiva de cumprir os serviços policiais. Serviços, estes, voltados para apurar os ilícitos penais na forma da lei e o desfecho, muitas vezes, não era o rompimento da relação conjugal violenta e nem a continuidade do processo da denúncia.

Outras experiências na temática deram-se com o ingresso como Aluna Especial do Curso de Mestrado em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cursando a Disciplina Violência de Gênero em 2008.2 e Gênero, Raça e Saúde em 2009.1. Estes momentos me facilitaram o entendimento sobre a temática e possibilitaram reflexões sobre o enfrentamento da violência contra a mulher e a eficácia da rede de atendimento realizada pela mulher em situação de violência conjugal, principalmente em relação à Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

Coadunando com o desejo de continuar estudando a temática, ingressei no Curso de Mestrado da Escola de Enfermagem da UFBA, na Linha de Pesquisa: Mulher, Gênero e Saúde, apresentando uma proposta de estudo direcionada à denúncia da violência conjugal a partir da significação das mulheres.

A Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) em uma revisão sobre estudos populacionais realizados em vários países constatou que entre 10 a 69% das mulheres mencionaram ter sido agredida por seus companheiros uma vez na vida (KRUG et al., 2003). No Brasil, 70% dos crimes contra as mulheres acontecem no âmbito doméstico e os agressores são os maridos e companheiros (SEPROMI, 2009).

⁶ Segundo Brandão (1997), o termo “rota crítica” se refere à exposição da usuária a novas agressões, por debilidades dos sistemas protetivos, isolamento social e constantes deslocamentos visando a fuga da perseguição iniciada pelo agressor.

⁷ TCC intitulado: Rompendo o silêncio: O reconhecimento da violência conjugal pelas mulheres e suas expectativas frente à denúncia, pesquisa realizada em 2006, numa Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), em Salvador-BA.

Em Salvador-BA, durante o ano de 2009 foram registradas 8.581 ocorrências policiais na DEAM, que abrange ameaças, agressões morais, lesões corporais, espancamentos e estupros, dentre outras formas de violência e no ano de 2010 até o mês de julho foram registradas 4.502 ocorrências, demonstrando que os índices de violência contra a mulher são ainda alarmantes. Segundo pesquisa da Vara de Violência Contra a Mulher de Salvador-BA, 60% das mulheres vítimas de violência conviviam com as agressões do companheiro há mais de um ano (AMORIM; RIOS, 2009).

Segundo o resultado da notificação de casos de violência, no período de 2006-2007, coletada através do sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), em todas as fases da vida, em especial na adolescência e na vida adulta, são as mulheres as principais vítimas da violência intrafamiliar e sexual (74%), na maioria das vezes, cometida por um único indivíduo do sexo masculino (BRASIL, 2009b).

Alguns dados em relação à violência contra a mulher expõem as dimensões das ocorrências no ambiente doméstico, este que seria o local de proteção e cuidados, é justamente onde se encontram os agressores. Segundo o local de ocorrência, os eventos violentos foram mais frequentes em via pública (38,7%), residência (30,4%) e bares ou similares (13,5%). Entretanto, entre os homens, as violências ocorreram em maior proporção na via pública (45%), enquanto a residência (56,9%) foi o local mais frequente para a ocorrência de violências contra as mulheres (BRASIL, 2009b).

Apesar do reconhecimento da violência conjugal através da implementação de Política Públicas, controladas e cobradas pelo movimento feminista e pela sociedade através das pactuações realizadas pelo país, ainda predomina a magnitude deste agravo da saúde da mulher.

A violência contra a mulher reflete-se em aumento nas taxas de suicídio, abuso de drogas e álcool, incidência de problemas de saúde como cefaléias e distúrbios gastrointestinais e consequências psicológicas devido a incapacidade da mulher em enfrentar a situação vivida do ciclo da violência, além de causar danos para a saúde sexual e reprodutiva (SCHRAIBER et al., 2002). É considerada, portanto, um grave problema de saúde pública.

O vivido da denúncia por mulheres em situação de violência conjugal pode representar uma diminuição destes agravos para a saúde da mulher, ou talvez, intensificá-los ou perpetuá-los, se não houver um eficaz direcionamento desta mulher na rede de atendimento.

O reconhecimento da violência conjugal entre as mulheres ainda, após muitas tentativas de disseminação do assunto “violência contra mulher”, é um problema enraizado nas estruturas familiares, pois muitas não admitem que sejam violentadas com frequência, associando o fato violento ao comportamento momentâneo ou alcoólico, todavia justificam a atitude dos companheiros ou até minimizam os atos violentos.

A partir do reconhecimento dos agravos sofridos, estas mulheres partem em busca de estratégias que mudem este cenário de diferenças de gênero, remetendo-as a procurar auxílio numa delegacia especializada como significado de não aceitação de um relacionamento violento que lhe cause alterações físicas e psicológicas.

Nos últimos anos, apesar de se identificar um aumento significativo de publicações sobre violência conjugal, em relação à denúncia das mulheres em delegacias especializadas, a produção é pouca expressiva para o seu significado. Como assevera Santos (2008), são mais estudadas as questões relativas ao fenômeno da violência e menos às mulheres enquanto sujeitos do mesmo.

Compreender o processo de denúncia após este subsídio ser lançado para a sociedade é importante para avaliação dos resultados, da compatibilidade com a vivência das mulheres e, enfim, implementação de novas políticas públicas que desenvolvam nestas mulheres a possibilidade do enfrentamento frente à violência conjugal, considerando suas necessidades individuais.

Assim, em 2009, foi por mim realizado um estudo de natureza bibliográfica referente ao período de 2004 a 2008, que teve como objetivo identificar como as publicações científicas abordam a denúncia realizada por mulheres em situação de violência conjugal. Do total das 165 produções que abordavam o descritor “violência contra a mulher”, foram utilizadas 10 que estavam inseridas na base de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da

Saúde (LILACS), que atendiam aos objetivos do estudo. As expectativas das mulheres frente à denúncia e a desistência ou não da continuidade do processo da denúncia foram as duas categorias encontradas nas publicações que retrataram a denúncia no período mencionado. Demonstra-se, desta forma, a importância em se avaliar a significação da denúncia para estas mulheres.

Existem vários fatores que dificultam os estudos com o tema relacionado aos registros de violência conjugal e denúncia, entre eles a dificuldade em lidar com a situação, principalmente pela inexistência de uma linguagem comum relacionada ao tema para os profissionais de saúde, há uma falta de conceitos que reúnam o conhecimento em saúde ao de outras áreas. Não acreditaram que suas atividades frente à esta problemática vão ser eficazes, argumentando, muitas vezes, que tal competência não faz parte de seus conhecimentos técnicos e habilidades em saúde

No entanto, é através da ampliação de produções acerca da denúncia da violência conjugal que ela se caracteriza em sua existência, evidencia seus contornos e determina sua magnitude, exatamente pela capacidade de suscitar e legitimar o debate sobre sua ocorrência e importância.

Romper com o silêncio que cerca as mulheres em situação de violência conjugal e dar visibilidade social, pode ser importante para decisões compartilhadas com as mulheres sobre como lidarem com a violência incluindo, assim, o instrumento da denúncia.

Surgiu desta forma, o desejo de estudar sobre a temática e analisá-la frente ao vivido da denúncia, desvelando a sua significação para a mulher em situação de violência conjugal. A busca por significados, separando-os dos vários pressupostos trazidos pela vivência social que transparecem na sociedade, através de uma metodologia voltada para a dimensão subjetiva das mulheres que denunciaram o companheiro ou ex-companheiro agressor, irá permitir a melhor compreensão de como se dá o processo da denúncia.

O estudo, portanto, dentro deste aspecto, deverá ter relevante importância para o processo pedagógico das profissionais das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, desde quando poderão compreender os aspectos que permeiam a denúncia e proporcionar um atendimento voltado para os respectivos atendimentos individuais. Neste sentido, o estudo não trata do cumprimento ou não pelas profissionais das DEAMs dos trâmites legais em relação à Lei Maria da Penha promulgada em 2006, que inclusive inviabiliza a retirada do registro da queixa em Boletim de Ocorrência. Isto seria objeto para próximos estudos. Busca, entretanto, compreender o significado da denúncia para as mulheres em situação de violência conjugal.

Franco (2002) refere que saber entender o que essas mulheres procuram diante das agentes policiais, se configura em uma dificuldade que pode estar relacionada ao fato de muitas dessas profissionais não conseguirem visualizar os aspectos sociais e culturais envolvidos com o problema.

Não só no âmbito policial e judiciário deve ser tratada a questão da violência contra a mulher, mas entre outros vários setores que envolvem a temática, deve-se ressaltar o setor saúde, pois a violência contra as mulheres já se revela importante questão social e sanitária, tanto do ponto de vista da sua magnitude com repercussões na morbidade e mortalidade das mulheres, como do impacto social dela decorrente em termos de qualidade de vida, retratando então, um problema de Saúde Pública.

Para as (os) profissionais de saúde, principalmente enfermeiras (os), o estudo servirá para proporcionar a compreensão da vivência da violência conjugal, podendo compartilhar com as mulheres a decisão sobre o enfrentamento individual da situação, tendo como possibilidade a denúncia do crime, na tentativa, enfim, de diminuir a emissão de juízos prévios a estas mulheres e proporcionar a soma dos serviços assistenciais para mulheres em situação de violência como as competências e afazeres dos profissionais de saúde.

De acordo com o exposto, o presente trabalho parte da seguinte questão norteadora: Qual o significado do vivido da denúncia para as mulheres em situação de violência conjugal?

Desta forma, o estudo permite sob método fenomenológico apreender como objeto de estudo: o significado do vivido da denúncia para mulheres em situação de violência conjugal.

Neste sentido, o estudo tem como objetivo compreender o significado do vivido da denúncia para mulheres em situação de violência conjugal.

MÉTODOS FENOMENOLÓGICOS

A pesquisa será fundamentada em caráter qualitativo, baseado em MINAYO (1999), que comenta: “o estudo qualitativo permite o aprofundamento no mundo dos significados, das ações e relações humanas, lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Segundo a autora, a pesquisa qualitativa, “responde a questões muito particulares, preocupando-se, nas ciências sociais com o nível de realidade que não pode ser identificado”.

Em decorrência do estudo qualitativo, poderá ser proporcionada a possibilidade de tomar decisões, no campo, à medida que o estudo se desenvolve, quanto a melhor maneira de obter os dados, de quem os dados deverão ser obtidos, como programar a coleta e quanto tempo irá durar uma sessão de coleta de dados.

Desta forma, a fenomenologia foi escolhida como método apropriado para o estudo relacionado à mulher em situação de violência conjugal que vivencia a denúncia do agressor, pois é uma ciência com o propósito de descrever um fenômeno enquanto experiências vividas. Para Husserl (2000), a fenomenologia designa uma ciência, uma conexão de disciplinas científicas, mas ao mesmo tempo, acima de tudo, fenomenologia designa um método e uma atitude intelectual, a atitude intelectual filosófica, o método especificamente filosófico.

A fenomenologia como proposta metodológica apresenta-se como um dos caminhos do campo da saúde, sendo uma possibilidade de compreensão do ser humano. Vale salientar que, como a violência contra a mulher se configura como um problema de Saúde Pública, o método fenomenológico torna-se uma alternativa para compreender a estrutura ou essência da experiência vivida de um fenômeno, na procura de uma unidade de significado para uma temática específica, citando, neste caso, a denúncia na DEAM.

A fenomenologia aparece como método alternativo de pesquisa, pois vai desde a compreensão mais básica do sensível até a mais elaborada da consciência de si, levando à apreensão do absoluto, por meio do processo dialético (TERRA et al., 2006). A reflexão fenomenológica inclui a possibilidade de olhar as coisas como elas se manifestam. Para Chauí (1996), a consciência é uma atividade constituída por atos, com os quais ela visa algo.

Como método de pesquisa, a Fenomenologia é uma forma radical de pensar. Assim sendo, por sempre estar contextualizada, necessariamente, de caminhos conhecidos, de efetuarem-se as práticas sociais e de realizarem-se as ações, desafiando pressupostos aceitos e buscando estabelecer uma nova perspectiva para compreender o fenômeno (MARTINS; BICUDO, 2006).

Conforme explicita Streubert e Carpenter (2002), os assuntos mais apropriados para o método de investigação fenomenológica incluem as experiências da vida de uma pessoa, como medo, felicidade, compromissos e significados de algo. Portanto, a denúncia de um cônjuge violento, por agressões físicas, psicológicas ou sexuais, é uma temática que cabe ao método fenomenológico, por ser uma experiência vivida.

O pesquisador fenomenólogo dirige-se para o fenômeno da experiência, para o dado, e procura vê-lo da forma que ele se mostra na própria experiência em que é percebido. Isso quer dizer que há um mundo ao redor do fenomenal, que surge e que se doa ao pesquisador que intenciona o fenômeno. Assim, o pesquisador fenomenológico busca ir-à-coisa-mesma, entendida, não como objeto concreto fenomenal que está-aí-diante-dos-olhos, mas como a maneira desse fenomenal se dar à experiência do ver do pesquisador (MARTINS; BICUDO, 2006).

Conforme outras proposições, a expressão dos significados das questões relacionadas à existência humana no momento do encontro com o outro desvela o fenômeno através de quem o

vivência, através da suspensão dos valores e julgamentos, evitando desta forma que as idéias pré-formadas influenciem no entendimento do fenômeno (LOPES et al., 1995).

É por meio dos depoimentos que a existência se revela através do ser-aí transmitindo os significados dos fenômenos.

O pesquisador precisa ter algumas características para desvelar a essência do fenômeno que se está investigando como ajudar as participantes a se sentirem à vontade na expressão das suas experiências e ter habilidade para comunicação. Como algumas características pessoais podem interferir na coleta dos depoimentos, a pesquisadora deve perguntar às participantes se é ela a pessoa mais indicada para ter acesso às suas experiências (STREUBERT; CARPENTER, 2002).

Para Urbano (1996), a consciência é intencionalidade. A consciência que o homem tem do mundo é mais ampla do que mero conhecimento racional ou empírico, porque ela é fonte de intencionalidades não só cognitivas como também afetivas e práticas. Não importa para pesquisa o conhecimento racional do fenômeno, mas a intencionalidade no ato de denunciar, desvelando os significados.

O fenômeno vai se revelando em suas possibilidades de aparecer, mesmo porque, ele, não sendo uma realidade objetiva e concretamente dada e pronta, pode apenas mostrar-se em seu sendo, que é o modo básico do ser humano existir (HEIDEGGER, 1981). O que ocorre com muitas mulheres que continuam vivendo em silêncio, apenas sendo na sua existência.

Os depoimentos vão se constituírem em dados da pesquisa a partir do ser-mulher em situação de violência conjugal que fez uma denúncia do companheiro ou ex-companheiro agressor.

Para a utilização da abordagem fenomenológica é preciso que o pesquisador esteja atento à sua temática, à capacidade de lidar com os imprevistos, com a flexibilidade, com o incerto, pois os fenômenos podem estar emergindo a qualquer momento. O pesquisador comprometido com a essência da fenomenologia precisa estar atento para quando os significados surgirem, aceitando a verdade que ele traz de forma incondicional (BOEMER, 1994).

BIBLIOGRAFIA

ADEODATO, Vanessa Gurgel et al. Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. 108-13, 2005.

AMORIM, Felipe; RIOS, Mariana. Violência baixa autoestima da mulher e leva a perdão do parceiro. **Correio**, Salvador, 14 de ago. 2009. Disponível em: <http://correio24horas.globo.com/noticias/noticia.asp?codigo=33190&mdl=49>. Acesso em: 14 ago. 2010.

BOEMER, Magali Roseira. A condução de estudos segundo a metodologia de investigação fenomenológica. **Rev. Latino Am. Enfermagem**, v. 2, n. 1, p. 83-94, jan. 1994.

BRANDÃO, Elaine Reis. **Nos corredores de uma Delegacia da Mulher**: um estudo etnográfico sobre as mulheres e a violência conjugal. 1997. 202f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

BRASIL. **Viva: vigilância de violências e acidentes, 2006 e 2007**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Vida e Obra**. Pensadores. Heidegger. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

FRANCO, Ieda. Mulheres em situação de violência no âmbito conjugal: As denúncias na Delegacia de Proteção à mulher de Salvador. In: BARBOSA, Regina et al. (Ed). **Interfaces: Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva**. Campinas: Unicamp, 2002. p. 349-88.

HEIDEGGER, Martins. **Todos nós ninguém**. São Paulo: Moraes, 1981.

HUSSERL, Edmund. **A idéia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.

KRUG, Ettiene et al. Informe mundial sobre la violencia y La salud. OPAS/OMS: Washington, 2003.

LOPES, Regina Lúcia Mendonça; RODRIGUES, Benedita Maria; DAMASCENO, Marta Maria Coelho. Fenomenologia e a pesquisa em enfermagem. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p. 49-52, 1995.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **Estudos sobre Existencialismo, Fenomenologia e Educação**. São Paulo: Centauro, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. É possível prevenir a violência? Reflexão a partir do campo da saúde pública. **Ciência Saúde Coletiva**, v.4, n.1, p. 7-23, 1999.

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Rev Bras Crescimento Desenvol Hum**, v. 17, n. 1, p. 39-51, 2007.

PRESSER, Adriana; MENEGHEL, Stela. Violência de gênero: a voz dos operadores sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 126-39, 2008.

SANTOS, Cândida Ribeiro. Quero um basta: experiência de mulheres que fizeram denúncia na DEAM em Salvador. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16., 2008, Caxambu. **População e Gênero**. Caxambu: MG, 2008.

SCHRAIBER, Lilia; D' OLIVEIRA, Ana Flávia; FRANÇA-JÚNIOR, Ivan; PINHO, Adriana. A Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. **Rev. Saúde Pública**, v.36, n.4, p. 470-77, 2002.

SEPROMI. Enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres. **II Plano estadual de políticas para as mulheres**. Salvador, 2009.

STREUBERT, Helen; CARPENTER, Dona. **Investigação qualitativa em enfermagem: avançando o imperativo humanista**. 2. ed. Camarate: Lusociência, 2002.

TERRA, Marlene Gomes; SILVA, Laura Cristina; CAMPONOOGARA, Silviamar; SANTOS, Evangelia; SOUZA, Ana Izabel; ERDMANN Alacoque. Na trilha da fenomenologia: um caminho para a pesquisa em enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 672-8, 2006.

URBANO, Zilles. Apresentação. In: HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade européia e a filosofia**. Tradução de Zilles Urbano. Porto Alegre, 1996.

Gleide Regina de Sousa Almeida Oliveira – E-mail: gleideenf@gmail.com
Regina Lúcia Mendonça Lopes – E-mail: reginalm@atarede.com.br